

Considerando que a METSO planeia expandir a sua unidade produtiva, prevenindo criação de 50 novos postos de trabalho e não tem possibilidade de transferir a sua unidade fabril para outro local;

Considerando que da informação da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC) as instalações atuais ocupam a totalidade da superfície do prédio não incluída na RAN com edifícios, arruamentos e sem qualquer uso agrícola, por não ser esse o objeto social da empresa;

Considerando que os solos em causa, de acordo com informação da DRAPC, estão classificados com capacidade de uso Bh e Ch, apresentando limitações ao nível da sua drenagem;

Considerando que a mancha objeto do pedido está encravada entre as atuais instalações e o limite da mancha da RAN, apresentando restrições técnico-económicas para o exercício da atividade agrícola;

Considerando que na revisão do Plano Diretor Municipal de Ovar foi proposta e aprovada a alteração da classificação desta mancha RAN para “Verde urbano”, com sua exclusão da RAN, estando prevista a sua integração em “Solo urbano com fins de uso industrial”;

Considerando que o presente despacho não isenta o requerente de dar cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente os instrumentos de gestão territorial e as restrições e servidões de utilidade pública, e em particular o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, nos termos do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro;

Considerando que o projeto mereceu o reconhecimento de interesse público municipal da Assembleia Municipal de Ovar, através de deliberação deste órgão, datada de 26 de junho de 2013;

Considerando o parecer positivo emitido, por unanimidade, pela Entidade Nacional da Reserva Agrícola;

Determina-se o seguinte:

1—Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, é declarado o relevante interesse público da pretensão requerida e antes descrita, para a ampliação das atuais instalações industriais sitas na Estrada de São João, freguesia de São João, concelho de Ovar, numa área de 2.162,05 metros quadrados, em solos abrangidos pelo regime da Reserva Agrícola Nacional (RAN).

2—A fiscalização da utilização dos solos da RAN, para efeitos da ação ora autorizada, compete, nos termos do n.º 1 do artigo 40.º do citado decreto-lei, à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro e à Câmara Municipal de Ovar.

30 de agosto de 2013. — Pelo Ministro da Economia, *Sérgio Paulo Lopes da Silva Monteiro*, Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, em substituição. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Miguel de Castro Neto*. — O Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, *Francisco Ramos Lopes Gomes da Silva*.

207244002

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 12042/2013

Considerando que o n.º 4 do artigo 4.º da Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro, e que a alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras, aprovado pela Portaria n.º 197/2013, de 28 de maio, determinam que podem ser autorizadas a praticar atos de gestão operacional da bolsa de terras, em áreas territorialmente delimitadas, entidades idóneas, nomeadamente associações de agricultores ou de produtores florestais, cooperativas agrícolas e outras entidades que administrem recursos naturais essenciais para a produção agrícola, florestal ou silvopastoril, tendo por finalidade o desenvolvimento sustentável em áreas territorialmente delimitadas;

Considerando que, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras, as entidades podem atuar individualmente ou em parceria;

Considerando que, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 5.º do Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras, o período de apresentação de candidaturas para a prática de atos de gestão operacional previstos no artigo 4.º do Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras decorreu entre 29 de maio e 21 de junho de 2013, tendo sido publicitado através do Sistema de Informação da Bolsa de Terras (SiBT);

Considerando que, decorrido aquele período e concluída a análise das candidaturas, a entidade responsável pela parceria e as restantes entidades que a constituem cumprem os requisitos legais e regulamentares e têm

as condições necessárias para a prática de atos de gestão operacional da bolsa de terras.

Assim:

Nos termos do n.º 7 do artigo 4.º da Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro, e do n.º 3 do artigo 6.º do Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras, aprovado pela Portaria n.º 197/2013, de 28 de maio, determina-se o seguinte:

1—Autorizar a «CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL», na qualidade de entidade responsável pela parceria constituída nos termos do n.º 3 do artigo 2.º e para os efeitos previstos no artigo 4.º do Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras, aprovado pela Portaria n.º 197/2013, de 28 de maio, a praticar os seguintes atos de gestão operacional da bolsa de terras:

- a) Divulgação e dinamização da bolsa de terras;
- b) Prestação de informação sobre a bolsa de terras;
- c) Promoção da comunicação entre as partes interessadas;
- d) Verificação da informação relativa à caracterização dos prédios prestada pelos proprietários que disponibilizem os seus prédios na bolsa de terras;
- e) Envio de informação à Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Regional (DGADR), para disponibilização na bolsa de terras e após cumprimento dos procedimentos necessários por parte dos proprietários;
- f) Celebração dos contratos a que se refere a alínea g) do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras, aprovado pela Portaria n.º 197/2013, de 28 de maio, em representação da DGADR.

2—Autorizar a prática dos atos de gestão operacional da bolsa de terras às entidades parceiras, cuja lista é publicitada no Sistema de Informação da Bolsa de Terras (SiBT), nos termos do n.º 5 do artigo 6.º do Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras, aprovado pela Portaria n.º 197/2013, de 28 de maio.

3—As autorizações previstas nos números anteriores abrangem todo o território de Portugal continental.

4—As autorizações previstas nos n.ºs 1 e 2 são conferidas pelo prazo de um ano, renovável automaticamente por iguais e sucessivos períodos de tempo.

5—O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

7 de agosto de 2013. — Pela Ministra da Agricultura e do Mar, *José Diogo Santiago de Albuquerque*, Secretário de Estado da Agricultura, em substituição.

207247268

Despacho n.º 12043/2013

Considerando que o n.º 4 do artigo 4.º da Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro, e que a alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras, aprovado pela Portaria n.º 197/2013, de 28 de maio, determinam que podem ser autorizadas a praticar atos de gestão operacional da bolsa de terras, em áreas territorialmente delimitadas, entidades idóneas, nomeadamente associações de agricultores ou de produtores florestais, cooperativas agrícolas e outras entidades que administrem recursos naturais essenciais para a produção agrícola, florestal ou silvopastoril, tendo por finalidade o desenvolvimento sustentável em áreas territorialmente delimitadas;

Considerando que, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 5.º do Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras, o período de apresentação de candidaturas para a prática de atos de gestão operacional previstos no artigo 4.º do Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras decorreu entre 29 de maio e 21 de junho de 2013, tendo sido publicitado através do Sistema de Informação da Bolsa de Terras (SiBT);

Considerando que, decorrido aquele período e concluída a análise das candidaturas, a entidade responsável cumpre os requisitos legais e regulamentares e tem as condições necessárias para a prática de atos de gestão operacional da bolsa de terras.

Assim:

Nos termos do n.º 7 do artigo 4.º da Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro, e do n.º 3 do artigo 6.º do Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras, aprovado pela Portaria n.º 197/2013, de 28 de maio, determina-se o seguinte:

1—Autorizar a «Associação de Beneficiários de Macedo de Cavaleiros», entidade de natureza pública, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º e para os efeitos previstos no artigo 4.º do Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras, aprovado pela Portaria n.º 197/2013, de 28 de maio, a praticar os seguintes atos de gestão operacional da bolsa de terras:

- a) Divulgação e dinamização da bolsa de terras;
- b) Prestação de informação sobre a bolsa de terras;